

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

11.080-003.975/91-10 Processo no

Sessão de : 08 de janeiro de 1993

Recurso nos 90.181 Recorrentes LAURO NOLL

DRF EM PORTO ALEGRE - RS Recorrida :

C C

ACORDÃO No 203-00.197

DCTF DENUNCIA ESPONTANEA - E de 93 (B) levar espontaneidade de denúncia efetivada do procedimento administrativo ou de fiscalização. com a infração (art. relacionados 138.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por LAURO NOLL.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Contribuintes, por unanimidade de votos, Conselho de ao récurso. Ausente, justificadamente, o Conselheiro provimento SERGIO AFAMASIEFF.

Sala das Sessões, em 08 de janeiro de 1993.

SANTOS - Fresidente

KOM MIRAMDA – Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSMO DE 14 MAI 1993

Participaram_s ainda, do presente julgamento, Conselheiros OS RICARDO LEITE RODRIGUES, MAURO WASILEWSKI, TIBERANY FERRAZ SANTOS e SEBASTIMO BORGES TAQUARY.

cf/fclb/





MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 11.080-003.975/91-10

Recurso No: 90.181

Acórdão No: 203-00.197 Recorrente: LAURO NOLL

RELATORIO

O Contribuinte acima identificado impugna (fl. 01), dentro do prazo legal, notificação (fls. 03) relativa a atraso na entrega de DCTF $\frac{1}{2}$ referentes aos períodos de 03/89 e 12/89.

Na peca de defesa, o Autuado expõe argumentos variados em seu favor, ressaltando ter entregue em julho de 1990, "Declaração de Rendimentos de Encerramento de Atividades".

Ao final da impugnação, menciona que ao entregar referidas DCTF, não lhe foi exigida multa e nenhuma objeção foi feita. Aduz, ainda, que, se efetivamente procedeu a entrega das DCTF em atraso, não deve ser penalizado, pois nenhum prejuízo adveio da União diante de tal proceder.

Requer, ao final, o cancelamento da multa, juntando (fls. 05/06) xerox das DCTF; questionadas - 03/89 e 12/89, entregues respectivamente em 06/89 e 03/90.

A Autoridade Julgadora de Primeira Instância consolidou seu entendimento, considerando a impugnação improcedente, em decisão de fls. 07/08, cuja ementa, transcrevo:

"00.40.25.00 -IMPUGNACAO IMPROCEDENTE

El devida a cobrança de multa quando constatado que o contribuinte efetuou entrega da DCTF com atraso, cumprindo-se manter o lançamento efetuado pelo fisco.

IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE."

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 11.080-003.975/91-10 Acórdão no 203-00.197

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA

De modo tempestivo, vem a ora Recorrente a este Conselho, interpondo Recurso Voluntário (fls. 11/12) onde manifesta sua irresignação expondo entre outras razões, considerar injusta e indevida a exigência, vez que quando da entrega das DCTF'_{S} discutidas, o agente do fisco recebeu, protocolizou, não exigindo pagamento de multa.

Alega, outrossim, ter apresentado documentos referentes ao encerramento de suas atividades.

São incontáveis as decisões deste Colegiado, já inclusive referendadas na Câmara Superior de Recursos Fiscais, sobre ser indevida a penalidade objeto dos autos sob exame, caso as DCTF3 tenham sido entregues na conformidade com o disposto no art. 138 do CTN.

A respeito, é oportuno citar o que preceitua o eminente tributarista Hugo de Brito Machado, Curso de Direito Tributário — Ed. Forense/1992 — pag. 106, quando interpreta o mencionado artigo da Lei 5.172/66, verbis:

"A denúncia espontânea da infração, nos termos do art. 138 do CTM, exclui qualquer penalidade, inclusive a multa de mora."

Datada a notificação de 31/01/91, tendo sido as DCTF's entregues conforme prova nos autos em 06/89 e 03/90, dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 08 de janeiro de 1993.